

ENTRE A CHIBATA E O COBERTOR:

UM DEBATE ACERCA DA CONDIÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

VEBERSON PEREIRA DA SILVA¹

INTRODUÇÃO

A “questão racial” no Brasil, na falta de uma expressão melhor, apresenta aspectos bastante relevantes no que tange à forma através da qual este assunto é encarado e discutido, além, ainda, da abordagem despendida ao tema, que o desloca a uma condição pormenorizada socialmente, como se a situação de “democracia racial” fosse algo notadamente presente na sociedade brasileira.

A aparente cristalização da noção de não preconceito na sociedade brasileira contemporânea, por si só, já seria objeto de análise bastante aprofundada nas ciências sociais. Entretanto, o objetivo de fato do presente trabalho é empreender uma análise da obra *A escravidão*² de Joaquim Nabuco, levando em conta o contexto sociohistórico em que foi produzida e sua contribuição para a compreensão da sociedade escravista, partindo do ponto de vista de alguém contemporâneo ao sistema.

¹ Mestrando em Sociologia pelo IUPERJ.

² É imprescindível notar, antes de qualquer análise, que essa é uma obra contemporânea aos eventos analisados e que possui uma grande proximidade com o assunto, já que o próprio Nabuco fazia parte do movimento abolicionista.

Além disso, pretendemos traçar uma comparação com a obra *Casa Grande & Senzala*,³ de Gilberto Freyre, que contribuiu diretamente para a relativização da condição social dos escravos nesse sistema e sua contribuição na formação da sociedade brasileira contemporânea. Esse debate terá, neste trabalho, a mediação de *O negro no mundo dos brancos*, de Florestan Fernandes, que contribuirá com a análise da conjuntura socioeconômica do período que buscamos estudar. Pretendemos observar até que ponto o contato íntimo entre brancos e negros pode ser tomado como a tônica das relações entre eles, e isso será feito mediante o exame dos argumentos das primeiras duas obras citadas.

Essa discussão sociorracial apresenta diferentes vias de abordagem que, por razões óbvias, não poderão ser todas trabalhadas neste artigo. Reconhecemos as contribuições dos diferentes autores e da longa produção de trabalhos acerca do sistema escravista no Brasil.⁴ Entretanto, o presente trabalho privilegia apenas duas dessas concepções de análise. Numa delas – em que adotamos principalmente a obra de Freyre – a noção de democracia racial aparece como naturalmente constituinte das relações sociais no Brasil, como se essa lógica de inclusão e pacifismo fosse realmente verificável em todos os níveis da sociedade.

Já a outra abordagem⁵ analisada aqui – na qual centralizaremos o foco no trabalho supracitado de Nabuco – admite a existência de uma série de outros fatores que exerceriam papéis preponderantes e importantíssimos no que diz respeito às relações, nesse

3 Se a obra de Nabuco deve ser analisada cuidadosamente por conta da proximidade com o tema estudado, por outro lado, Freyre é um autor do século XX que está desvinculado das preocupações abolicionistas. Contudo, um estudo comparativo entre as duas obras é impossível de ser feito sem anacronismos, se não se considerar as peculiaridades dos contextos históricos a que cada uma delas está imersa. Evidentemente, não adotamos uma postura de considerar que os trabalhos são determinados pelo contexto histórico, mas é fundamental a sua observação, a fim de uma maior compreensão dos argumentos utilizados por cada um dos autores.

4 Pode-se citar Parron (2011); Chalhoub (2012); Campos (2005); Fernandes (2007); Galhardo (2012); Freyre (2003); Marcondes (2009), entre outros.

5 Quanto a essa análise, pode-se citar também Fernandes 2007.

caso especificamente, entre negros e brancos. Esses fatores atuavam no sentido de tornar e evidenciar essas relações como sendo não tão pacíficas como se pode parecer numa primeira análise, desmistificando a tão propalada “democracia racial”.

Essa complexidade de relações, todavia, está diretamente relacionada à progressão histórica do papel desempenhado pelo escravismo durante sua existência como base do sistema econômico brasileiro. Sistema esse que se pautava numa lógica exclusivamente constituída pelas camadas dominantes brancas, seja no setor rural ou urbano.

É necessário que se compreenda, antes de qualquer coisa, que o sistema escravocrata era completamente compatível com o modelo social construído, já que não entrava em conflito nem com os valores culturais trazidos pelos portugueses, sobretudo no que diz respeito à sexualidade e à miscigenação, e muito menos com a legislação vigente à época. No caso das leis, especificamente, nota-se que além de não estabelecerem limites oficiais ao sistema escravista, elas forneciam, ainda, a ferramenta legal para a desumanização dos escravos negros, legitimando, assim, seu tratamento como mercadorias.

Apesar disso, há autores que defendem,⁶ como já citado, que, na verdade, o próprio papel desempenhado pelos negros na sociedade e a sua extrema proximidade com os senhores, nos casos dos “escravos domésticos”, propiciava um ambiente muito mais harmônico e familiar do que puramente hierarquizado, como se, de fato, os escravos fossem membros da família.

Este trabalho não pretende mostrar uma escravidão tão mascarada que chegue às vias de um humanitarismo, quase como um

6 Referente a essa abordagem, cita-se principalmente Freyre (2003), que virá, como já sugerimos, como um contraponto às análises de Nabuco, servindo para evidenciar e estudar até que ponto as relações mais próximas e, em certa medida, familiares entre negros e brancos, atuaram no sentido de criar um sistema escravista mais humano, por assim dizer, se é que isso é realmente possível.

esforço filantrópico por parte dos senhores de escravos. Entretanto, se esse tipo de relação íntima realmente ocorreu como se sugere, é necessário que se busque qual era efetivamente o seu papel numa sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo e a hierarquização.

A CHIBATA E O COBERTOR

Os estudos acerca do sistema escravista no Brasil apresentam uma série de peculiaridades que merecem muita atenção. Uma delas diz respeito ao debate sobre a real posição social dos negros em meio a esse sistema. Esse tema abre espaço para diversas abordagens conflitantes, umas defendendo uma relação mais branda e harmônica entre senhores e escravos, com estes desempenhando um papel bem mais importante do que simplesmente o de mão de obra, e outras procurando evidenciar, por outro lado, toda a crueza e violência supostamente inerentes ao próprio sistema escravocrata em si, uma escravidão em que aos negros só estava reservada a posição de trabalhadores compulsórios.

Em meio a esse debate, evidenciamos um autor que, por ter vivido o final do século XIX, além de ter sido ativista do movimento abolicionista, oferece uma série de perspectivas em relação à condição social dos escravos no Brasil, procurando evidenciar as relações violentas a que eram submetidos esses escravos. Esse a quem nos referimos é Joaquim Nabuco, cuja obra analisada aqui é *A escravidão*. Essa é uma obra que, apesar de não ser a mais conhecida do autor, contribui com argumentos que revelam toda a crueza das relações sociais entre escravos e senhores.

Todas essas perspectivas não podem, contudo, deixar de levar em consideração os aspectos econômicos que estão presentes por trás dessas interações sociais entre negros e brancos. Essa progressão histórica e econômica, apesar de não ser o objeto central deste trabalho, merece uma atenção especial. Nesse sentido, é necessária, então, a mediação de autores como Florestan Fernandes (Fernandes 2007), Sergio Buarque de Holanda (Holanda 2004),

Celso Furtado (Furtado 2003) e Caio Prado Jr. (Prado Jr., 1945) que, mesmo não estando presentes diretamente no corpo do texto, oferecem toda a contextualização histórica do debate.⁷

Levando-se em conta a sociedade brasileira hoje, simplesmente em nível de comparação e análise, ainda há uma grande recalcitrância em se encarar debates profundos acerca da questão racial e da provável dívida histórica que o país tem com os cidadãos negros, que, mesmo após a abolição, não foram devidamente inseridos na dinâmica social da forma adequada. Aliás, como afirma Fernandes (Fernandes 2007, 62):

o aspecto da situação racial no Brasil, que mais impressiona, aparece sob a negação incisiva de qualquer problema "racial" ou de "cor". O preconceito e a discriminação raciais, bem como a segregação racial são encarados como uma espécie de pecado e de comportamento vergonhoso.

Esse tipo de pensamento trazido à luz pelo autor leva a uma suposta ideia de que a sociedade brasileira vive a plenitude de uma democracia racial, como se, no Brasil, houvesse um preconceito aos preconceituosos. Entretanto, numa análise um pouco mais aprofundada esse discurso cai por terra, vide os constantes problemas gerados, por exemplo, pela validade ou não das políticas de cotas raciais nas universidades públicas. É evidente que não se pretende aqui estabelecer uma discussão a esse respeito, contudo, essas são questões que evidenciam as contradições de uma sociedade marcadamente hierarquizada, mas que possui um discurso de aparente harmonia.

Esse e outros temas só podem ser compreendidos partindo-se da análise histórica do desenvolvimento das relações sociais no Brasil, sobretudo no século XIX, que representa o momento

7 Como o objetivo do trabalho não é apresentar economicamente a escravidão, e sim propor um estudo sobre as relações sociais entre negros e brancos nas últimas décadas do séc. XIX, à luz da obra *A escravidão*, de Joaquim Nabuco, não são apresentadas as peculiaridades econômicas do sistema escravista. Antes, buscamos compreender a escravidão na visão do referido autor, além de propor uma comparação com os argumentos posteriormente utilizados por Gilberto Freyre para relativizar a situação dos escravos nessa sociedade.

de mudança no sistema escravista, e por que não dizer, de ruptura com esse sistema no final do século. Mas é aí que a análise se intensifica, já que se observa, por um lado, um estaque oficial do modelo escravista, mas por outro lado, as práticas sociais continuam muito semelhantes às do império, continuando o negro numa posição marginalizada em relação até mesmo aos brancos pobres.

Observando-se rapidamente a gênese da implantação do sistema colonial português no Brasil, nota-se que os lusos não tiveram grandes problemas quanto à implantação de um modelo lucrativo na colônia, sobretudo a partir do séc. XVII. Esse sistema estava harmoniosamente adequado aos anseios dos colonizadores, já que tinha como base a agricultura e como condições “a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão [e] a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor” (Freyre 2003, 64).

Empreendendo uma análise que resgata o início da implantação do sistema colonial no Brasil, Freyre (2003) destaca o elemento integrador dos europeus, nesse caso especificamente dos portugueses, com os habitantes nativos. E esse fator é extremamente importante, já que um país como Portugal, com proporções populacionais tão reduzidas em comparação com seu vasto império colonial, só poderia manter com êxito seus domínios coloniais misturando-se à própria população local, gerando filhos.

Esse ponto é importante, porque, segundo o mesmo autor, se num primeiro momento os portugueses tomam para si, nem sempre de forma consentida, as índias nativas brasileiras, com o passar do tempo serão as escravas negras que representarão o alvo das suas taras sexuais. Mas sob esse aspecto, na verdade, a própria instituição da escravidão serviu para o esforço de colonização das terras brasileiras, através da mobilidade e miscigenação características dos lusos, que onde pousavam iam “emprenhando mulheres e fazendo filhos” (Freyre 2003, 69).

Só que diferente do que uma primeira análise pode sugerir, o contato dos portugueses com as escravas estava longe de ser harmonioso. Na verdade, em boa parte dos casos esses contatos sexuais se davam através de atos violentos que geravam profundas marcas psicológicas nas meninas escravas, sem contar as próprias marcas físicas. Só que esse tratamento abusivo não estava restrito ao contato sexual entre senhores e escravos. Percebe-se na argumentação de Nabuco (Nabuco 1988, 29) que a própria instituição do escravismo é degradante e abusiva em si mesma e “somente quem olha para essa instituição, cegado pela paixão ou pela ignorância, pode não ver como ela degradou vários povos modernos a ponto de torná-los paralelos a povos corrompidos que passaram.”

Essa argumentação sugere que não apenas alguns aspectos do sistema escravista são reprováveis, mas todo o conjunto de práticas envolvidas no processo é por si só corruptor da condição humana, o que significa que uma sociedade pautada por valores de dominação direta de homens sobre homens em forma de escravidão, valores esses de “coisificação” de pessoas, é uma sociedade fadada ao malogro, ao declínio e, finalmente, à morte.

Em contrapartida, poder-se-ia afirmar que, na verdade, a relação entre senhores e escravos não era tão rigorosamente violenta e degradante, já que a atitude dos portugueses de interação e contato próximo com a população escrava estabelecia novas formas de relação entre eles, principalmente no que tange ao senhor branco e a escrava negra. Pode-se dizer que a negra, em inúmeros casos, se torna objeto da predileção dos brancos no Brasil em relação ao prazer sexual. E essa é a grande questão levantada nesse ponto. Freyre (2003, 368) argumenta que é uma “ideia extravagante para os meios ortodoxos e oficiais no Brasil, essa do negro superior ao indígena e até ao português, em vários aspectos de cultura material e moral”.

Aceitar esse argumento de predileção dos senhores em relação às negras significaria adotar a premissa de que pelo menos em algum ponto os negros são superiores não só aos índios, mas

também aos brancos, daí a não aceitação dessa perspectiva de análise em meio aos nichos acadêmicos mais tradicionais. Segundo essa linha de raciocínio, o tratamento em relação aos negros e às negras seria visto de uma forma muito mais branda e familiar, devido ao fato de que, por exemplo, aquela escrava que é obrigada a realizar as tarefas domésticas e até mesmo os trabalhos braçais do campo é a mesma mulher que satisfaz os desejos sexuais mais depravados do senhor, é a mesma que inicia o jovem senhorzinho na vida sexual e dá a luz a vários bastardos mulatos nesse processo.

Corroborando essa perspectiva acerca do tratamento dispensado aos escravos, observa-se a análise de Viana (Viana 2004, 65) que sugere que de fato havia pelo menos uma preocupação dos senhores em relação aos cativos e que “o estado de degradação em que caíram depois da abolição (...) mostra que o regime da escravidão não era tão bárbaro e desumano como fizera crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas.”

A vida e o cotidiano de brancos e negros no sistema escravista deveriam ser vistos, então, como sendo constitutivos de uma gigantesca família de parentes consanguíneos e agregados que gravitavam em torno da Casa Grande? Isso, contudo, não significa dizer, mesmo aceitando-se o argumento de que havia de fato uma relação de extrema proximidade entre ambos, que a interação se dava de forma harmônica e pacífica. É necessário que se leve em conta que a própria estrutura patriarcal e patrimonialista da sociedade brasileira do período escravocrata gerava cenários de violência até mesmo no seio das famílias. De fato, os senhores consideravam realmente que tudo fazia parte da sua propriedade, inclusive sua esposa e seus filhos. Sendo assim, não haveria problema em agirem da forma que bem entendessem, e isso incluía as surras e os castigos físicos. Por que, então, os negros estariam isentos disso, se nem mesmo a própria família estava?

É necessário, a essa altura, que se compreenda os mecanismos inerentes à sociedade brasileira, sobretudo no oitocentos, para

que se possa chegar a uma análise mais aproximada da realidade no que diz respeito ao sistema escravocrata. Poder-se-ia dizer, então, aceitando-se a argumentação acima citada, que, na verdade, o tratamento violento não se destinava exclusivamente aos escravos, era, antes, estrutural da própria sociedade como um todo. Sendo assim, a situação da escravidão não representaria um cenário todo especial, com tantas peculiaridades, mas seria simplesmente representativo das relações que permeavam a sociedade brasileira.

Nesse ponto, Nabuco (1988, 32) contrapõe esse discurso reforçando o caráter predatório e degradante da instituição da escravidão. O autor questiona que, na verdade, toda a sociedade brasileira está sustentada por esse “crime” e que, na ausência dessa prática, a sociedade tradicional desmoronaria, já que não estaria apta a conceber qualquer outro modelo social e econômico que não fosse a escravidão negra. Ele ainda acrescenta a seguinte argumentação:

Que vícios não deve ter uma alma que obedece, que está sempre curva e humilhada, que rasteja diante de um homem? Que, às vezes, é a encarnação de todos os crimes? Que vícios, por outro lado, não deve ter aquela que está habituada a mandar e a não ser mandada, a castigar a homens como animais, a contemplar a máxima degradação da nossa natureza, a satisfazer brutalmente a todos os seus caprichos? Nada há de mais parecido com a alma de um senhor do que a de um escravo (Nabuco 1988, 42).

Seguindo esse raciocínio, não há como se desconsiderar que mesmo aceitando-se que muitos escravos possam ter assumido o status de membros das famílias, ainda assim eles eram propriedade de outrem e não possuíam nenhum tipo de autonomia em relação a quaisquer assuntos. E isso diz respeito principalmente ao mundo do trabalho, que tinha a escravidão como uma grande muleta sobre a qual todo o sistema se apoiava, a ponto de haver uma consistente mentalidade de desvalorização do labor manual, impedindo assim o desenvolvimento de um mundo voltado para o crescimento econômico livre e pautado na manutenção da escravidão.

Essa lógica de degradação do trabalho inviabilizou a formação de uma classe trabalhadora assalariada tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais.⁸ Em virtude disso, até meados do século XIX, não se desenvolve no Brasil uma lógica capitalista de produção e relações econômicas. A escravidão aparece nesse sentido como atravancadora de um desenvolvimento econômico livre. Essa mentalidade capitalista, todavia, já se faz perceber, ainda que de forma incipiente, numas poucas localidades, através de profissionais liberais e burocratas e iria se desenvolver ainda mais, dando coro às vozes contrárias ao sistema escravocrata.

Já a partir da interrupção do tráfico de escravos para o Brasil e posteriormente com as leis abolicionistas, nota-se um aumento significativo desse setor econômico da sociedade que incrementaria essa nova ordem social competitiva no Brasil. Segundo as palavras de Fernandes (2007, 64-65):

[...] a modernização do setor urbano tornou-se uma força social vigorosa e autônoma que operava simultaneamente através dos níveis econômico e político. Foi este um ponto histórico de inflexão, em que a desintegração da ordem social escravocrata e senhorial e a integração da ordem social competitiva surgiram como fenômenos sociais concomitantes.

Com base na análise feita pelo autor nesse ponto, nota-se que, paralelamente ao declínio do sistema escravista, pode-se observar nos centros urbanos a ampliação de uma camada social que favorece o desenvolvimento da lógica econômica competitiva, com vias ao estabelecimento do capitalismo.

É interessante notar que a abolição do escravismo afeta extraordinariamente a função dos negros e mulatos na sociedade. Essa observação, apesar de parecer, num primeiro momento,

8 Nesse ponto consideramos importante estudar brevemente o contexto histórico-econômico do sistema escravista, já que esse modelo perpassou a economia brasileira durante aproximadamente três séculos. Sendo assim, no esforço de evitar conceituações descontextualizadas, procuramos elucidar, ainda que rapidamente, o pano de fundo desenhado no período que o trabalho pretende analisar.

extremamente óbvia, não é assim tão clara se observarmos que não é só a condição de escravo que muda, mas também a posição no circuito econômico que era ocupada pelos negros. Durante o período escravista, os negros e mulatos tinham muito bem clara a sua posição social, seja na forma de escravos ou de libertos, já que a própria cor da pele marcava nitidamente esse extrato social⁹. Não se está considerando aqui se essa posição era favorável ou não a esses atores sociais, mas, sim, que ela era extremamente engessada e mantinha-os em seus respectivos postos no cenário social e econômico (Fernandes 2007, 62).

Só que, tão logo esse mecanismo entrou em colapso, esses papéis sociais começaram a se modificar e as posições, que antes eram rigidamente estabelecidas, passaram a ser ameaçadas, principalmente pelos imigrantes que viriam compor uma nova classe trabalhadora, tanto rural quanto urbana. Além dessa concorrência desleal, considerando-se a mentalidade agregada ao processo de vinda de imigrantes,¹⁰ os negros e mulatos ainda enfrentavam, nessa lógica social competitiva, uma camada de pobres e dependentes que vinham a cargo da migração das famílias tradicionais que começam a deixar o campo em direção às zonas urbanas.

Nesse ínterim, questiona-se qual seria, então, o papel dos negros e mulatos nessa sociedade, já que estão sendo alijados e marginalizados pelo próprio sistema que se constrói nesse momento? Observa-se, numa análise ampla, que os melhores postos de trabalho passaram a ser exercidos pelos imigrantes europeus ou por outros brancos que ocupassem posições subalternas na sociedade, restando aos negros e mulatos uma condição de marginalidade

9 É interessante salientar que essa posição social ocupada por negros e mulatos era bastante rígida e obedecia a uma hierarquização marcada pelo fenótipo, ou seja, a própria cor da pele estabelecia um estigma social e fazia dessas pessoas literalmente “negros num mundo de brancos”, sem possibilidade de grandes ascensões sociais. Quanto a isso, ver Fernandes (2007).

10 A respeito do processo de vinda de imigrantes para o Brasil, consultar Franzina (2006) e Cenni (2003).

nesse esquema social. Sendo assim, nota-se que a condição social dos negros na sociedade brasileira, mesmo no pós-abolição, não encontra mudanças significativas, já que, se antes os negros estavam fadados à condição de escravos, nesse novo momento a situação em que se encontravam era de total marginalização em relação aos novos postos de trabalho no mundo assalariado.

Nesse sentido, aqueles que eram antes escravizados, sendo, portanto, vítimas desse sistema, acabaram por se ver, mesmo após a abolição, numa posição contínua de prejuízo, já que os postos de trabalho passaram a ser preferencialmente ocupados pelos seus "concorrentes". Seguindo a argumentação de Fernandes (2007, 66) nota-se que:

a vítima da escravidão foi também vitimada pela crise do sistema escravista de produção. A revolução social da ordem social competitiva iniciou-se e concluiu-se como uma "revolução branca". Em razão disso, a supremacia branca nunca foi ameaçada pelo abolicionismo. Ao contrário, foi apenas reorganizada em outros termos, em que a competição teve uma consequência terrível – a exclusão, parcial ou total, do ex-agente da mão de obra escrava e dos libertos do fluxo vital do crescimento econômico e do desenvolvimento social.

Cabe aqui questionar, então, para onde iriam, de fato, esses negros e mulatos praticamente excluídos desse novo sistema que os impele à marginalidade? Se de fato os negros desempenhavam um papel preponderante no sistema e não simplesmente a função de força de trabalho, seria de se esperar que eles fossem realocados em outras funções mesmo após a abolição. E essa seria até mesmo uma ideia bastante plausível, a dos negros serem integrados efetivamente no novo sistema produtivo brasileiro como mão de obra assalariada, já que, como argumenta Freyre (2003, 391):

o Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África "donas de casa" para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos.

É interessante que, mesmo que numa primeira análise descuidada se possa transparecer que essa vinda de profissionais tão especializados para as terras brasileiras tenha sido feita propositalmente, a fim de prover o país de mão de obra específica para cada área de trabalho, na verdade o que se observa é que essa migração compulsória de profissionais se deu quase exclusivamente devido ao fato de que as regiões africanas e suas respectivas populações que tiveram contato direto com os portugueses e sua empresa escravista, eram regiões e povos ricos em profissionais experimentados em diversos serviços especializados, e não devido a uma suposta preocupação dos portugueses em buscar, em meio aos africanos, esses profissionais.

E isso se verifica observando-se o fato de que, na esmagadora maioria dos casos, os negros e negras africanos vinham para o Brasil ocupar postos de trabalho extremamente degradantes e até sub-humanos. De fato, Nabuco (1988, 52) oferece uma análise bastante interessante acerca das perspectivas desses escravos inseridos no sistema de trabalho brasileiro:

Afinal chega a velhice para todos; às vezes vem a peste e arrebatam os escravos sacrificados pela falta de higiene e de asseio. Eles, que na infância maldisseram a escravidão, pelas lágrimas da mãe, que na idade madura choraram sangue vendo os ossos de seus pais quase insepultos no chão da fazenda; na velhice, ao verem os seus descendentes condenados ao mesmo opróbrio, morrem sem uma consolação.

Corroborando esse discurso, observa-se a análise de Holanda (2004, 83) de que a abolição “em 1888, o fator decisivo foi, de um lado a força irreprimível da opinião pública bem trabalhada pelo abolicionismo e, de outro a tomada de consciência dos próprios escravos, que, às vezes, largavam em massa as fazendas”.

Considerando o cenário após 1888, é fácil notar, pelo que já foi exposto, que a situação social dos ex-escravos não era extraordinariamente melhor do que a enfrentada por eles anteriormente à abolição. O abandono social a que foram submetidos não se difere tanto da sua antiga condição de escravo. Evidentemente, aos escravos, estar à mercê de um senhor que

tem toda autonomia em relação até mesmo às suas vidas é uma condição extremamente desconfortável e incerta. Contudo, se os negros passaram, então, a ter direitos no que diz respeito à sua própria liberdade, por outro lado não foram supridos das condições básicas necessárias à sua sobrevivência digna nessa nova sociedade que surgia imergindo dos séculos de escravidão.

A esse respeito, cabe aqui elencar algumas explicações acerca dos destinos prováveis e das funções sociais que seriam desempenhadas pelos ex-escravos. Tendo em vista o pano de fundo desenhado, a alternativa mais sensata aos negros seria a de voltar à sua terra de origem.¹¹ para a terra “dos seus ascendentes” (Fernandes 2007, 66), geralmente no Nordeste, a fim de permanecerem numa economia de subsistência. Uma outra perspectiva sugere que pudessem permanecer como trabalhadores rurais, e então passariam da condição de estarem submetidos aos antigos donos à de se submeterem a novos empregadores, quando aceitos. Ou, ainda, lançarem-se aos centros urbanos, povoando as favelas e engrossando as fileiras da marginalidade e da criminalidade.

Qualquer que fosse o destino traçado, esses negros e mulatos teriam que enfrentar condições ainda extremamente subalternas, mas que dessa vez viriam acrescidas de uma exclusão social significativamente maior do que no sistema escravista. Isso porque se antes o escravo era visto como necessário ao funcionamento da sociedade, nessa nova ordem não representam muito mais do que um limbo social que aparentemente não possuía um papel definido.

É interessante notar que a argumentação de Joaquim Nabuco acerca do sistema escravista se torna extremamente coerente, na medida em que se observa, mesmo após a abolição, a não inserção da imensa população negra e mulata no esquema

11 A expressão “terra de origem” sugerida pelo autor não se refere à África e sim ao Nordeste brasileiro, de onde havia migrado boa parte dos escravos que trabalhavam no Rio de Janeiro. É importante lembrar que o tráfico de escravos africanos para o Brasil já havia sido interrompido oficialmente desde 1850.

social do Brasil, a fim de integrar essa camada da população ao funcionamento dessa nova sociedade com mão de obra livre. Os ex-escravos continuavam sofrendo com a violência, que antes era física e agora se tornou social.¹²

Sob esse prisma, o processo de exclusão dos negros e mulatos desse novo modelo social possui, sobretudo, o aspecto econômico da incapacidade de desenvolvimento de um sistema capitalista que absorvesse esses trabalhadores numa lógica assalariada. Só que, ainda mais penetrante é o fator ideológico que os relegava a uma condição ainda mais subalterna. Esse novo cidadão, dessa forma, “perdeu a condição social que adquirira no regime da escravidão e foi relegado, como ‘negro’, à categoria mais baixa ‘população pobre’” (Fernandes 2007, 68). Nota-se que o processo de abolição modificou a estrutura legal do sistema econômico, entretanto, manteve intacta a estrutura social, tendo em vista a permanência dos setores brancos na vanguarda do poder, enquanto que aos negros e mulatos foi relegada a condição subalterna da margem social.

Mas seria muito leviano considerar que da noite para o dia as relações sociais e sexuais, por assim dizer, entre brancos e negras (ou brancas e negros!) desapareceria por completo, deixando de ser uma prática significativa no Brasil. Isso seria a mesma coisa de se sugerir que de uma hora pra outra a figura do negro simplesmente desaparecesse do cenário social brasileiro, deixando até mesmo de fazer parte do sistema como um todo, o que não se verifica.

Mesmo nos primeiros anos da República, é bastante comum se notar a forte presença da figura negra, aparentemente indesejada e estigmatizada, não só permeando o imaginário, mas

12 Neste ponto da análise, vale à pena fazer menção à obra *Os estabelecidos e os Outsiders*, de Norbert Elias, que faz um estudo justamente acerca dos mecanismos de exclusão social sofrida por grupos que procuram se integrar numa sociedade que possui valores e hierarquias previamente estabelecidos. Essa exclusão se dá de diversas formas quando esses grupos não são de fato aceitos.

mantendo de fato um contato muito próximo com as camadas brancas, seja através do papel de amantes ou mesmo como filhos ilegítimos, e isso porque, segundo Freyre (2003, 368) “os homens ‘não gostam de casar-se para toda a vida’, mas de unir-se ou amasiar-se; as leis portuguesas e brasileiras, facilitando o perfilhamento dos filhos, só fazia favorecer essa tendência para o concubinato e para as ligações efêmeras”.

Esse argumento favorece mais uma vez a ideia de que os negros tem, de fato, desempenhado um papel muito mais proeminente na sociedade desde a época do regime escravista e por isso as suas contribuições continuam fortemente presentes na sociedade, mesmo após a abolição. Em contrapartida, é imprescindível notar que os efeitos da Lei Áurea agiram no sentido de extinguir a instituição da escravidão e não efetivamente a figura do negro na sociedade.

Parece bastante claro, embora a argumentação de Freyre (2003) vá muito além disto, que os negros, enquanto atores sociais (marginalizados ou não), certamente contribuiriam na composição e constante metamorfose da sociedade brasileira. Entretanto, é aí que entra a grande questão levantada pelo autor, a ideia de negros servindo simplesmente como força braçal dentro do complexo sistema social brasileiro do final do século XIX (compreendendo-se os anos em torno da abolição) é, no mínimo, uma análise inocente ou até mesmo racista no que tange à participação efetiva desses agentes sociais no interior desse sistema.

Em contrapartida, pode-se observar que a discrepância entre as condições sociais e econômicas de brancos e negros e até entre negros e mulatos sugere que as melhores oportunidades se concentravam em poder das camadas brancas, e que mesmo entre os setores não brancos, a melhoria das condições na ordem competitiva se observa na mesma proporção em que a pele vai se embranquecendo. E até em relação à legislação nesse período, nota-se, através da argumentação de Nabuco (1988, 54) que:

a existência de duas raças entre nós, rivais e inimigas, fez com que a lei, órgão da vencedora (...), firmasse com uma iníqua sanção o domínio dessa e marcasse com penas infamantes e bárbaras para os delitos da outra. Essa lei de segurança, para se mostrar que é uma lei imoral, basta dizer-se que ela importa uma desigualdade e uma opressão, e que é a lei da força.

Esse trecho é extremamente relevante, já que como se trata de um autor que observava e escrevia à medida em que os fatos iam ocorrendo, é possível retirar do seu discurso muito do que diz respeito aos sentimentos e à atmosfera social do Brasil do século XIX. Sendo assim, pode-se dizer que havia claramente uma diferenciação entre uma camada social branca e outra negra, e não um cenário de valorização do papel social dos negros.

Além disso, Fernandes (2007, 69) argumenta que essas atitudes prementes de marginalização e exclusão dos negros são, antes de tudo, fenômenos como que arraigados no seio dos setores brancos, sejam eles de classes mais abastadas ou mesmo de camadas médias ou até rurais. A despeito de uma modesta melhoria da condição social desses grupos marginalizados e dos esforços nesse sentido, esse benefício foi "(...) lento e ilusório. Na realidade, os negros e mulatos foram projetados aos estratos das pessoas mais pobres, que não partilham (ou partilham muito pouco) das tendências do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural".

Isso significa que, apesar de abolida a escravidão, a mentalidade escravocrata ainda persiste, provocando uma grande distorção no relacionamento entre os diferentes setores sociais. À essa altura, vale à pena ainda observar a análise feita pelo mesmo autor de que:

no fundo do problema racial brasileiro encontra-se a persistência de um modelo assimétrico de relações de raça, construído para regular o contato e a ordenação social entre "senhor", "escravo" e "liberto". (...) esse tipo de relação assimétrica de raça envolve uma espécie de ritualização do comportamento racial. A dominação do senhor e a subordinação do escravo ou do liberto são parte do mesmo ritual, por meio do qual as emoções e os sentimentos poderiam ser controlados e

mascarados. No Brasil, esse tipo de ritualização teve idênticas funções (...) (Fernandes 2007, 71).

Sob esses aspectos, a noção de preconceitos de raça era intrínseca ao próprio sistema, a fim de manter a hierarquia nas relações entre senhores e escravos e entre libertos e brancos. A rigidez nas relações sociais se apresentava como condição *sine qua non* para a manutenção do escravismo. Contudo, a persistência dessas formas de relacionamento mesmo depois da abolição se deve ao fato de que se desintegrou o modelo econômico escravista, mas por outro lado, não se desfez estruturalmente o modelo de relações de raças.

Por um lado, observa-se a violência (seja física ou psicológica) no relacionamento entre as camadas brancas e negras nessa sociedade. Isso vem crescendo de grande discriminação e marginalização dos negros em benefício dos brancos. Por outro lado, não se podem resumir as relações sociais no Brasil do final do século XIX simplesmente à brutalidade e à desarmonia entre essas camadas, já que, como foi observado, a complexidade das teias de relacionamento entre as diferentes camadas é muito maior do que qualquer maniqueísmo pode sugerir à primeira vista.

Quanto à assimetria desenvolvida nessas relações, ela não se estabeleceu somente após a desintegração da sociedade escravocrata, ela já vinha tomando corpo dentro do próprio sistema e estabelecendo qual seria o modelo das relações raciais. Curiosamente, pode-se notar que dificilmente se encontram referências a reais danos sofridos pelas camadas brancas com o fim do sistema escravista. Pelo contrário, é mais provável encontrar permanências, socialmente falando, do que mudanças. E isso fica muito claro, observando-se que:

ele [o branco] nunca se sentiu ameaçado pela desintegração da escravidão e pela competição ou conflito com negros e mulatos. O branco só percebe o negro ou o mulato e tem consciência dele quando enfrenta uma situação concreta, inesperada, ou quando a sua atenção é dirigida para questões relacionadas com o "problema da cor" (Fernandes 2007, 72).

Portanto, com base nessa análise, pode-se verificar que os problemas envolvendo os debates acerca da condição social dos negros nos últimos anos da escravidão, e ainda nos primeiros anos do pós-abolição, vão muito além da verificação da ocorrência ou não de violência nas relações entre brancos e negros, eles precisam atingir um ponto crucial, que é o papel social de constante marginalização exercido pelos negros mesmo após receberem a condição de libertos. Os preconceitos de raça e cor constituem, no Brasil, problemas estruturais, já que parece ser inconcebível outro modelo social a não ser aquele no qual brancos, negros e mulatos desempenham os papéis pré-concebidos que deles se esperam, mesmo que isso sempre signifique benefício de um em detrimento dos outros.

Nesse sentido, a tentativa de promover um debate entre *O Abolicionismo* e *Casa Grande & Senzala* deve observar uma grande complexidade das relações sociais no período estudado, já que cada um dos autores destaca uma perspectiva diferente na análise da sociedade escravocrata e, em certa medida, complementam-se no que diz respeito ao objeto estudado.

CONCLUSÃO

Após o debate dessas duas obras, pode-se notar que a discussão gira em torno de alguns elementos cruciais que dizem respeito à construção das relações sociais no sistema escravista e o legado deixado por elas no pós-abolição. É necessário que se observe a importância da compreensão da lógica desse sistema para que se possa estabelecer balizas que venham a nortear o estudo da questão.

A perspectiva de análise empregada por Joaquim Nabuco destaca o caráter violento e degradante do modelo escravista brasileiro e defende que o próprio sistema por si só corrompe a condição humana, tendo em vista que, muito além da dominação física em si, o escravismo traz consigo uma dominação ideológica que propicia uma cristalização e um engessamento nas

mentalidades. Seguindo essa linha, é como se ambos, senhores e escravos, acabassem – por diferentes motivos – acreditando que esse modelo social é o único possível.

Mesmo considerando-se perspectivas que levam em conta uma participação muito mais efetiva dos negros na constituição social do Brasil no final do século XIX, é necessário notar que as relações desses com os brancos não se tornam menos violentas, mesmo apesar do papel cada vez mais importante que passam a representar no circuito social.

Por isso mesmo, a contribuição de Gilberto Freyre no sentido de evidenciar um outro lado do modelo escravista se torna fundamental nessa análise. O contato íntimo que se estabelecia entre senhores e escravos, e posteriormente entre brancos e ex-escravos, contribuiu para complexificar o papel social dos negros no Brasil.

É imprescindível, ainda, a análise do fato de que após o movimento abolicionista e a derradeira ruptura do modelo escravocrata, o novo sistema implantado no Brasil foi completamente incapaz de absorver, seja na totalidade ou mesmo em parte, essa antiga mão de obra escrava no novo esquema de trabalho assalariado, o que reforçou ainda mais a marginalização dos negros.

Não obstante, os negros e mulatos, além de sofrerem com esse estigma, tem que encarar também a questão ideológica atrelada à escravidão e o legado deixado por essa herança histórica, mesmo depois da abolição, já que, a despeito do fim do sistema escravocrata, permanece na sociedade brasileira a mentalidade senhorial e patrimonialista que subjugava a população negra e mulata.

Essa continuidade de pensamento serviu para provocar uma distorção nas relações raciais no Brasil e submeter os negros e mulatos a uma posição de desprestígio, mesmo no que tange ao mundo do trabalho assalariado ou, ainda, à sua posição social. Nota-se que, socialmente, o processo abolicionista observou muito mais permanências do que rupturas com o antigo

sistema escravista. Sendo assim, as representações sociais relacionadas aos ex-escravos, e mesmo aos que compunham uma camada de libertos, estão relacionadas a um rebaixamento e estigmatização desses setores sociais.

É evidente que o trabalho não pretendeu fechar o debate entre os autores e muito menos oferecer todas as respostas às questões suscitadas. O interesse foi, de fato, levantar questionamentos a respeito do sistema social escravista à luz de dois importantíssimos autores, mesmo reconhecendo limitações e dificuldades.

Nota-se que nenhum tipo de visão maniqueísta pode dar conta de compreender a complexidade do assunto proposto. Também não se pode, da mesma forma, reduzir a análise de cada um dos autores a uma visão unilateral da sociedade escravista, já que eles notadamente possuíam clareza da amplitude do assunto. Por isso mesmo, é necessário notar os pontos de convergência e divergência entre eles, e não simplesmente considerar um completamente certo e outro completamente equivocado. Desse ponto de vista, a questão racial no Brasil se torna um assunto bastante complexo de se analisar e que vai muito além de generalizações e conceituações pré-fabricadas.

A negação das tensões sociais existentes na sociedade brasileira, longe de estabelecer uma melhoria nessas relações, contribui para cristalizar ainda mais o modelo distorcido de interações raciais, estabelecendo a permanência dos vícios do passado no presente. O que significa dizer que não é só através de atos considerados “violentos” de discriminação que se observa isso, mas principalmente na própria continuidade da negação do acesso aos meios de promoção da dinâmica social, leia-se, meios educacionais ou políticos.

REFERÊNCIAS

- Chaloub, Sidney. *A força da escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Campos, Andreilino. *Do Quilombo à Favela*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.
- Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- Cenni, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003.
- Drescher, Seymour. *Abolição*. São Paulo: Unesp, 2012.
- Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- Fernandes, Florestan. *O Negro no mundo do Branco*. São Paulo: Global, 2007.
- Franzina, Emilio. *A grande emigração*. São Paulo: Unicamp, 2006.
- Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Galhardo, Thales. *Açúcar, escravidão e quilombo*. Recife: Coqueiro, 2012.
- Hobsbawm, Eric, e Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Holanda, Sérgio Buarque de. "O Brasil Monárquico: do Império à República." In *História Geral da civilização brasileira*, editado por Sérgio Buarque de Holanda et al. 7ª ed. t. 2; v. 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Olympio, 1984.
- Lessa, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Marcondes, Renato Leite. *Diverso e desigual: O Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: Funpec, 2009.
- Mattoso, Kátia de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. Brasília: Brasiliense, 2012.
- Nabuco, Joaquim. *A escravidão*. Recife: Massangana, 1988.
- Parron, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- Schwartz, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988
- Viana, Oliveira. *O caso do Império*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004.
- Villa, Marco Antonio. *A História das Constituições Brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011.
- Willians, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RESUMO

Os debates acerca da condição social dos negros no sistema escravista brasileiro, e mesmo no pós-abolição, suscitam várias análises, que, muito embora possam representar vertentes conflitantes, complementam-se no que diz respeito à análise do papel exercido por esses atores sociais. A tentativa de organização da discussão sobre o tema é bastante interessante a fim de confrontar diferentes perspectivas e fomentar ainda mais o debate. Através do exame crítico de alguns autores, buscamos contribuir na construção de uma sociologia histórica que enfatize o tema.

Palavras-chave: Negro, Escravidismo, Nabuco, Freyre.

RESUMEN | ENTRE LA MANTA Y EL LÁTIGO: UN DEBATE SOBRE
LA SITUACIÓN SOCIAL DE LOS NEGROS EN BRASIL EN
LAS ÚLTIMAS DÉCADAS DEL SIGLO XIX

Los debates sobre la situación social de los negros en el sistema esclavista brasileño, e incluso después de la abolición, plantean varios análisis, el cual, aunque pueden representar las partes en conflicto, se complementan entre sí en lo que respecta al análisis del papel desempeñado por estos actores sociales. El intento de organizar la discusión sobre el tema es muy interesante para comparar las diferentes perspectivas y fomentar un mayor debate. Después de una revisión crítica de algunos autores, buscamos contribuir a la construcción de una sociología histórica que enfatice el tema.

Palabras clave: Negro, Esclavitud, Nabuco; Freyre.

ABSTRACT | BETWEEN WHIP AND BLANKET: A DEBATE ABOUT
THE SOCIAL CONDITION OF THE NEGROS IN BRAZIL
IN THE LAST DECADES OF THE NINETEENTH
CENTURY

The debates about the social position of the negros during the proslavery system, and even in post-abolition society, raise several analyses that, even though they may represent conflicting analysis, they complement as regards to the analysis of the role played by these social actors. The attempt to organize the discussion on the theme is very interesting to compare different perspectives and encourage even more the debate. Through a critical examination of some authors, we aim to contribute in the construction of a historical sociology that emphasizes the theme.

Keywords: Negro, Proslavery, Nabuco, Freyre.